



ISSN:2763-5716

POLIGES

Revista de Políticas Públicas e  
Gestão EducacionalITAPETINGA,  
2025

## AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PIAUÍ: ANÁLISE COM A NOÇÃO DE CAMPO EM BOURDIEU

EDUCATIONAL POLICIES FOR UPPER SECONDARY EDUCATION IN THE STATE OF PIAUÍ: AN ANALYSIS THROUGH BOURDIEU'S CONCEPT OF FIELD

LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA LA EDUCACIÓN MEDIA EN EL ESTADO DE PIAUÍ: UN ANÁLISIS DESDE LA NOCIÓN DE CAMPO EN BOURDIEU

**Aysllan de Sousa Sobrinho**

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3605-7231>

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - Maranhão - Brasil

**Cacilda Rodrigues Cavalcanti**

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7222-8061>

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - Maranhão - Brasil

**DOI: 10.22481/poliges.v6i2.17600**

**Resumo:** O artigo problematiza como as políticas de ensino médio do Piauí se articulam aos resultados, usando a noção de campo em Bourdieu. Essas políticas estão inseridas em um espaço de disputas simbólicas e estruturais. O objetivo é compreender como a Secretaria de Estado da Educação organiza e dissemina políticas para o ensino médio, articulando discursos de qualidade, resultados e performatividade. Metodologicamente, o estudo apoia-se na sociologia relacional de Bourdieu, utilizando pesquisa bibliográfica e documental com análise do discurso de documentos oficiais produzidos entre 1999 e 2023. Os resultados evidenciam que o campo educacional piauiense é influenciado por diretrizes nacionais, organismos internacionais e parcerias público-privadas, consolidando uma lógica de gestão por resultados. Conclui-se que, embora as políticas busquem enfrentar desafios históricos da rede, reforçam um modelo performativo e empresarial de educação, que associa qualidade ao cumprimento de metas e indicadores, em detrimento de perspectivas de equidade e direito público.

**Palavras-chave:** Política educacional. Ensino médio. Campo

**Abstract:** The article examines how upper secondary education policies in Piauí are articulated around performance results, using Bourdieu's notion of field as an analytical lens. These policies are embedded in a space of symbolic and structural disputes. The objective is to understand how the State Secretariat of Education organizes and disseminates policies for upper secondary education, articulating discourses of quality, results, and performativity. Methodologically, the study draws on Bourdieu's relational sociology, employing bibliographical and documentary research combined with discourse analysis of official documents produced between 1999 and 2023. The findings indicate that the educational field in Piauí is influenced by national guidelines, international organizations, and public-private partnerships, consolidating a results-based

management logic. The study concludes that, although these policies seek to address historical challenges of the state network, they reinforce a performative and managerial model of education that associates quality with meeting targets and indicators, to the detriment of equity-oriented perspectives and the notion of education as a public right.

**Keywords:** Educational policy. Secondary education. Field

**Resumen:** El artículo problematiza cómo las políticas de educación media en Piauí se articulan a los resultados, utilizando la noción de campo de Bourdieu como referencia analítica. Estas políticas se encuentran insertas en un espacio de disputas simbólicas y estructurales. El objetivo es comprender cómo la Secretaría de Estado de Educación organiza y difunde políticas para la educación media, articulando discursos de calidad, resultados y performatividad. Metodológicamente, el estudio se basa en la sociología relacional de Bourdieu y emplea investigación bibliográfica y documental, junto con análisis del discurso de documentos oficiales producidos entre 1999 y 2023. Los resultados evidencian que el campo educativo piauiense está influenciado por directrices nacionales, organismos internacionales y asociaciones público-privadas, consolidando una lógica de gestión por resultados. Se concluye que, aunque las políticas buscan enfrentar desafíos históricos de la red estatal, refuerzan un modelo educativo performativo y empresarial que asocia la calidad al cumplimiento de metas e indicadores, en detrimento de perspectivas de equidad y del derecho público a la educación.

**Palabras clave:** Política educativa. Educación secundaria. Campo

## Introdução

Levando em conta a noção de campo em Bourdieu (2003), enquanto microcosmo estrutural em que práticas se desenvolvem, buscou-se analisar as políticas educacionais de ensino médio da rede estadual do Piauí. Essa opção parte do princípio estruturador das políticas educacionais no cenário atual, marcado por exigências quanto à qualidade dos resultados de aprendizagem, expressos por meio de indicadores educacionais.

Considera-se que a estrutura objetiva do campo do ensino médio no Piauí possibilita a compreensão do subcampo da rede estadual de ensino, o qual está inserido em um campo mais amplo: o campo da educação básica no Brasil. A questão de pesquisa “como a Secretaria de Estado da Educação organiza e dissemina políticas para o ensino médio articulando discursos de qualidade, resultados e performatividade?” implica reconhecer um problema sociológico situado: a crescente pressão por resultados satisfatórios em indicadores educacionais, que tem reconfigurado as práticas escolares no estado.

A noção de campo, enquanto categoria analítica essencial em Bourdieu (2003), permite explorar as estruturas sociais emergentes a partir do desenvolvimento das políticas educacionais. Tais estruturas conformam um microcosmo do espaço social, sustentado por valores e ideologias dominantes.

Buscou-se dimensionar a estrutura de posições objetivas à qual pertencem os agentes sociais do sistema educacional, mediante pesquisa bibliográfica, documental e

análise do discurso. Essa dimensão inclui os aspectos organizacionais, normas legislativas, currículo, práticas e, especialmente, os discursos enunciados e compartilhados pelos agentes do campo.

Pretendeu-se compreender a dinâmica e a configuração das políticas de ensino médio no estado do Piauí. Argumenta-se que as políticas são interpretadas pelos agentes em seus respectivos campos, o que permite distintos arranjos e concepções guiadas por discursos ora intrínsecos, ora extrínsecos, que orientam as ações educativas nos âmbitos subnacionais.

Dessa forma, o objetivo é captar elementos relevantes da estrutura da rede estadual de educação do Piauí, no interior da qual se formulam e disseminam as políticas de ensino médio. Essa visão macro permite observar o papel dessas políticas e como elas são operacionalizadas pela Secretaria Estadual de Educação, além do discurso que as fundamenta.

Inicialmente, apresenta-se a estrutura da rede estadual de ensino, que se configura como subcampo estrutural onde as políticas se estabelecem. Em seguida, descreve-se as principais políticas do estado voltadas ao ensino médio, com base nos aspectos do contexto político-educacional que estruturam a dinâmica do sistema.

## **Metodologia**

O percurso metodológico deste estudo foi construído a partir da perspectiva da sociologia relacional de Pierre Bourdieu, que possibilita analisar os fenômenos educacionais em sua relação com as condições estruturais que os produzem e na dialética com as ações exercidas pelos agentes. Essa escolha fundamenta-se na necessidade de compreender as políticas educacionais do ensino médio no estado do Piauí como práticas sociais inseridas em um campo mais amplo de disputas e interesses, cujas determinações percorrem estruturas educacionais normatizadas.

Para alcançar esse objetivo, utilizou-se como principal estratégia de investigação a pesquisa documental e bibliográfica, apoiada na análise de fontes oficiais produzidas pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc-PI) e por instâncias correlatas. O corpus documental incluiu legislações, planos estaduais, relatórios técnicos, currículos oficiais, diretrizes normativas e materiais de divulgação institucional produzidos no período compreendido entre 1999 e 2023.

Na seleção dos documentos, adotaram-se como critérios de inclusão aqueles que

abordassem a temática do ensino médio, contemplando definições, políticas, público-alvo de programas ou materiais que tratassem dessa etapa de ensino no período delimitado (1999–2023) e que fossem produzidos por órgãos oficiais do estado do Piauí. Como critérios de exclusão, descartaram-se documentos ou materiais de divulgação que não tratassem da relação do ensino médio em seu conteúdo ou que não apresentassem relação direta com as políticas destinadas a essa etapa educacional.

A análise do material foi orientada pela análise do discurso, nos termos de Maingueneau (2008), com atenção especial aos temas recorrentes, ao vocabulário mobilizado, ao estatuto do enunciador e aos modos de coesão presentes nos textos oficiais. Essa abordagem permitiu identificar como o discurso da Seduc-PI organiza sentidos, legitima práticas e sustenta determinadas concepções de política educacional.

Para a análise do discurso, procedeu-se à leitura analítica dos documentos com base nas categorias propostas por Maingueneau (2008), buscando identificar os temas recorrentes, o vocabulário mobilizado, o estatuto do enunciador — isto é, a posição institucional e discursiva daquele que enuncia —, bem como os modos de coesão empregados, incluindo conectores, articulações argumentativas e estratégias textuais utilizadas para reforçar, legitimar ou estabilizar determinados sentidos no interior dos discursos oficiais. Para tanto, a análise considerou ainda as relações de sentidos com o campo educacional, de modo a compreender como os discursos institucionais constroem e regulam significados acerca do ensino médio no período estudado.

Além da análise documental, a interpretação foi complementada pelo diálogo com referenciais da sociologia crítica da educação, em especial os aportes de Afonso (2021) e Ball (2014), que problematizam a lógica das políticas educacionais contemporâneas marcadas pela performatividade, pela gestão por resultados e pela crescente influência de organismos internacionais e instituições privadas.

Assim, a metodologia adotada não se restringe à descrição normativa dos documentos, mas busca desvelar a articulação entre o contexto macro das políticas educacionais e o campo do ensino médio, evidenciando as relações ideológicas subjacentes.

### **O campo do ensino médio no Piauí**

Paralelamente às mudanças e transformações ocorridas no âmbito nacional, o campo do ensino médio no estado do Piauí tem sido marcado por uma série de alterações, desde o período em que esse nível era denominado secundário até o

momento atual. Isso evidencia que esse campo, além de conservar estruturas e práticas instituídas pela tradição e pela burocracia governamental, encontra-se em permanente processo de mudanças e de ajustes entre as determinações nacionais e locais. Nesse sentido, compreendê-lo pela noção de campo em Bourdieu (2003) implica ir além da descrição institucional, reconhecendo que se trata de um espaço de disputas de poder, no qual agentes distintos (Seduc-PI, GREs, escolas, fundações privadas, organismos internacionais) mobilizam diferentes capitais — econômicos, simbólicos, políticos e sociais — para consolidar posições e impor sentidos legítimos à política educacional.

O campo do ensino médio no Piauí é amplamente determinado pelas normas e prescrições oriundas da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc-PI), que tem a função de fomentar a criação de políticas educacionais e administrar o sistema de ensino, sendo estruturada em quatro superintendências: Superintendência de Gestão (SUPEG), Superintendência de Educação Básica (SUEB), Superintendência de Educação Técnica e Profissional e Educação de Jovens e Adultos (SUETPEJA) e Superintendência de Ensino Superior (SUEPS) (Seduc-PI, 2022c). A estrutura organizacional, no entanto, deve ser entendida não apenas como arranjo técnico, mas como parte de uma lógica de disputa em que cada superintendência ocupa uma posição específica no campo, detendo capital institucional diferenciado para definir prioridades e orientar as práticas escolares.

Para gerir a educação de todo o Piauí, a Seduc-PI conta com 21 Gerências Regionais de Educação (GREs), unidades descentralizadas de planejamento, coordenação e supervisão das ações na educação básica. As GREs funcionam como mediadoras entre o nível central da Secretaria e as escolas, mas também como instâncias que disputam legitimidade e autoridade pedagógica (Seduc-PI, 2016). A capacidade de responder às demandas de resultados, sobretudo nas avaliações externas, torna-se um capital importante para essas gerências, que passam a ser avaliadas e hierarquizadas de acordo com sua eficácia educacional.

Em relação ao ensino médio, a Seduc-PI dispõe de gerências específicas ligadas às superintendências de educação básica e técnica, responsáveis por executar diretrizes e metas. As coordenações pedagógicas que apoiam as escolas também cumprem papel estratégico nesse campo, pois traduzem os discursos oficiais em práticas locais, muitas vezes ajustando-os às condições reais das escolas. Contudo, como o discurso oficial enfatiza protagonismo e responsabilização juvenil, observa-se um movimento simbólico de deslocamento da responsabilidade para os próprios alunos, naturalizando a ideia de

que o desempenho escolar depende essencialmente de sua disposição individual para aprender e competir (Piauí, 2021).

Essa percepção é reforçada no currículo da rede estadual, que justifica as mudanças no ensino médio “para oportunizar aos estudantes o protagonismo sobre sua vida, do ponto de vista estudantil, social e emocional, de modo que passem a ser responsáveis por suas escolhas.” (Piauí, 2021, p. 15). Nesse recorte discursivo, encontra-se no vocabulário a inter-relação entre protagonismo e responsabilização, associados às necessidades estudantis, emocionais e sociais. É um modo de enunciação que normaliza a ideia de que os resultados em avaliações externas são de responsabilidade dos alunos. Trata-se de um claro exemplo da performatividade (Ball, 2014), na medida em que o discurso oficial atribui legitimidade e capital simbólico ao estudante que se ajusta a essa expectativa, ao mesmo tempo em que responsabiliza os que não alcançam tais metas.

Além disso, a presença de um público jovem, imerso ou, pelo menos, propenso ao mundo social midiático no ensino médio, é um espaço oportuno para o desenvolvimento da performatividade. O sistema escolar exerce forte influência nas aspirações da juventude à medida que oferece a elas um título ou direito de excelência estudantil que os distingue dos demais.

### **As políticas de ensino médio no estado do Piauí**

Em que pese a autonomia dos estados na formulação de políticas educacionais, tais políticas no estado do Piauí tendem a seguir, fortemente, as propostas das políticas federais e/ou de organizações privadas (Sousa, 2019). Essa aderência não se explica apenas pela disponibilidade de recursos, mas também pela busca de legitimação simbólica em um campo nacional que valoriza resultados comparáveis e *rankings* educacionais. Assim, a adesão a programas nacionais e a parcerias com fundações privadas constitui, simultaneamente, uma estratégia de financiamento e uma forma de acumulação de capital.

Nos anos 2000, houve a eleição do governo estadual (Wellington Dias) e nacional (Lula) do mesmo partido (Partido dos Trabalhadores-PT), que, embora tenham implementado políticas de inclusão, mantiveram e ampliaram mecanismos de avaliação em larga escala, articulados a parcerias com instituições privadas e não governamentais (Instituto Natura, UNICEF, Ayrton Senna, ProBem, Cedac). A lógica dessas parcerias

reforça a descentralização de responsabilidades e a consolidação de uma política educacional orientada pela performatividade (Sousa, 2018).

Documentos regulatórios, como o Plano Estadual de Educação (PEE-PI) e o Plano Plurianual, reforçam essa lógica ao adotarem metodologias de gestão por resultados. Tais instrumentos introduzem no campo educacional uma prática gerencial de inspiração empresarial, no qual diretores, coordenadores e professores passam a ser compreendidos como produtores de resultados, e o sucesso ou fracasso escolar é medido a partir de indicadores. O campo educacional estadual, assim, é hierarquizado conforme a capacidade dos agentes de converter práticas pedagógicas em capital mensurado em números.

A metodologia do plano, definida como “metodologia de Gestão por Resultados” indica o discurso que permeia as políticas educacionais (Piauí, 2019). Observa-se um ambiente similar ao setor privado com a implantação de programas, que passam pelo processo de monitoramento e avaliação de desempenho. No caso particular da educação, esse modelo de gestão abarca os agentes da escola que se transformam em produtores de resultados, sendo seus principais indicadores os resultados da avaliação em larga escala.

No contexto do ensino médio piauiense, os programas/projetos apresentados no quadro 1 visam elevar a oferta da educação profissional técnica de nível médio, ampliar o atendimento da EJA no ensino médio, corrigir o fluxo educacional e promover a elevação dos indicadores educacionais (Piauí, 2019).

**Quadro 1** – Principais programas/projetos da política de ensino médio do Piauí.

<b>Programa/ Projeto</b>	<b>Características</b>	<b>Foco</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>PPPs</b>
Política Estadual de Busca Ativa	Estratégias de busca ativa dos alunos com dinâmicas nas ruas, postagens nas redes sociais, carro de som etc.	Atrair os jovens para a escola	Estadual	Não
PACTUE	Repasse de recursos financeiros para manutenção das escolas públicas da rede estadual	Promover a melhoria na qualidade do ensino, por meio de melhorias na infraestrutura	Estadual	Não

		física e pedagógica da escola		
PRONEM e ProBNCC	Apoio técnico, pedagógico e financeiro na implementação do novo ensino médio em consonância com a BNCC	conduzir o alinhamento dos currículos estaduais com o novo ensino médio e BNCC	Federal	Sim
ProEMI/JF	Seminários e cursos voltados para o novo ensino médio	Orientar a gestão focada em resultados	Federal com incorporação estadual	Sim
Projeto poupança jovem	Incentivo financeiro aos alunos para continuar na escola	Incentivar os alunos a permanecer na escola e melhorar desempenho escolar	Estadual	Sim
Canal Educação	Plataforma de ensino a distância da rede estadual	Facilitar a formação dos agentes e preparação dos alunos para o ENEM à distância	Estadual	Sim
Acelera Seduc	Projetos voltados para ENEM e Saeb, olimpíadas do conhecimento (Avalia mais, Pré-ENEM, Pré-Saeb, Torneio de matemática), educação em tempo integral e educação tecnológica	Preparar os alunos para ENEM e Saeb, expandir a educação em tempo integral e a educação tecnológica	Estadual com incorporação de projetos/programas federais	Sim

**Fonte:** Banco de dados da pesquisa documental.

As políticas implementadas buscam elevar o nível de proficiência dos alunos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), pois ainda que os níveis tenham crescido, “quando comparado aos demais estados brasileiros, a performance do Piauí permanece sendo comparativamente menor.” (Piauí, 2019, p. 52). Desse modo, conforme o discurso da rede, embora as médias cresçam, ainda não é o suficiente tendo em vista a comparabilidade, que conduz à performatividade (Ball, 2014)

De modo geral, os projetos e programas integram iniciativas federais ou parcerias com a iniciativa privada, sendo a maioria desenvolvida por meio de parcerias público-

privadas (PPPs), conforme indica o Quadro 1. A Seduc-PI inclui, em suas políticas educacionais para o ensino médio, ainda que em menor número, programas e ações voltados à incorporação de uma Política Estadual de Busca Ativa de crianças e jovens em idade própria para a educação básica obrigatória, bem como um programa de assistência financeira para a manutenção das escolas.

Sobre a Política Estadual de Busca Ativa de crianças e jovens em idade própria, as escolas da rede estadual que ofertam ensino médio devem, dentre outras tarefas, realizar o recenseamento anual dos jovens em idade adequada escolar e formar equipes para elaborar estratégias para a busca ativa desses jovens. As ações vão desde atividades sociais nas regiões próximas à escola com panfletos e músicas, como a busca nas residências dos jovens para realização de matrículas, contando também com a possibilidade de matrículas pelo sistema *online*, confirmada posteriormente na escola (Seduc-PI, 2023a).

Já o Programa de Autonomia, Cooperação das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Piauí (Pactue) tem como foco o repasse de recursos financeiros do estado, destinados às despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos necessários à infraestrutura física e pedagógica da escola para promover a participação da comunidade e autogestão escolar, mediante o repasse direto (Piauí, 2020). Segundo dados da Seduc-PI, foram repassados três milhões de reais, em 2019; 22 milhões, em 2020; e projetado 45 milhões, em 2021, cujos valores por escola variam conforme o número de espaços físicos disponíveis (Seduc-PI, 2021).

Dentre os programas federais, cabe destacar o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (Pronem), instituído pela Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018. O programa foi criado com o objetivo de apoiar as secretarias estaduais de educação na elaboração e execução do Plano de Implementação de novo currículo do ensino médio, orientado pela Base Nacional Comum Curricular — Bncc. A aderência da secretaria estadual se deu pela assinatura do termo de compromisso e garantia o apoio técnico, por meio de assistências técnicas na elaboração, execução, monitoração e avaliação do plano; disponibilização de materiais instrucionais, pedagógicos e de gestão; ferramentas digitais para acompanhamento do plano; e apoio financeiro (Brasil, 2018).

Nessa ação, a Seduc-PI também participou do processo de revisão e reelaboração do currículo do ensino médio com uma coordenação específica para esse segmento da educação, a partir do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular — ProBNCC, instituído pela Portaria MEC nº 331, de 5 de

abril de 2018, com o apoio de quatro representantes do Conselho Estadual de Educação (CEE) (CEE/PI, 2021).

A adesão da secretaria estadual ao PRONEM ocorreu com a participação de 315 escolas da rede estadual, na condição de piloto, as quais elaboraram suas propostas de flexibilização curricular com o intuito de aumentar o nível de aprendizagem e reduzir a evasão escolar, cujas ações foram compartilhadas em seminários regionais. Desse programa, surgiu as iniciativas de mudanças no currículo do Piauí, alinhadas aos parâmetros da reforma do ensino médio, anunciada por lei, em 2017.

Assim, o conjunto de programas estaduais e federais — Política de Busca Ativa, PACTUE, PRONEM, ProBNCC, ProEMI/JF, Poupança Jovem, Canal Educação, Acelera Seduc — revela que a política de ensino médio no Piauí se constitui em torno de uma rede de influências em que agentes públicos e privados disputam posições e legitimidade. Embora tais programas tenham finalidades relevantes (expansão da EJA, permanência dos jovens, elevação da proficiência), a análise do discurso evidencia que a ênfase maior recai sobre a elevação de indicadores e a preparação para exames nacionais e internacionais.

O currículo do ensino médio, estruturado pela BNCC e pela reforma de 2017, é apresentado como flexível, dividido em formação geral básica e itinerários formativos. A carga horária para cada série é de 1.000 horas anuais, divididas em atividades práticas e teóricas (Piauí, 2021). Todavia essa flexibilidade está delimitada por parâmetros nacionais e por um discurso que responsabiliza o estudante por suas escolhas.

Tal configuração demonstra que, mais do que possibilitar autonomia, o currículo reforça a lógica performativa, convocando os jovens a se reconhecerem como protagonistas de seu próprio sucesso ou fracasso. Assim, a Seduc-PI não apenas adere às diretrizes nacionais, mas internaliza e reproduz um discurso que naturaliza desigualdades, já que não considera suficientemente os diferentes capitais culturais e sociais que os alunos trazem de seus campos de origem.

A estrutura curricular do estado segue a proposta da Bncc, em termos de carga horária e composição curricular, ofertando o mínimo informado na Base. Assim, a secretaria estadual tende a reproduzir as diretrizes nacionais, cuja autonomia se aplica, de modo pontual, sobre a distribuição da carga horária de cada disciplina nas três séries, mas que segue o mínimo exigido no total geral do currículo do ensino médio (Piauí, 2021). Não há, no discurso dos documentos, evidências de contestação da referência nacional, porém alinhamento com as disposições dessa política, reforçando os objetivos

e diretrizes das mudanças pretendidas, conforme a posição que ocupa no cenário político-educacional de dependência em relação à esfera nacional (Bourdieu; Passeron 1992).

O foco do currículo da rede é oportunizar maior flexibilidade ao estudante, pois entende que o jovem nessa etapa tem condições cognitivas suficientes para fazer suas escolhas formativas e administrar, com apoio da escola, seu tempo escolar a fim de alcançar progresso em estudos posteriores ou em oportunidades de trabalho.

Neste sentido, discorre sobre a construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, bem como pressupõe um conceito de currículo que seja flexível, tal qual a perspectiva de Ensino Médio que se tem hoje (Piauí, 2021, p. 39).

Nesse fragmento discursivo, denota-se que os interesses e possibilidades dos estudantes é determinado, a priori, pela rede a partir do campo social dos alunos. É um currículo flexível para reproduzir contextos e não os transformar. A rede, enquanto enunciadora do discurso, já determina o estatuto do aluno, ou seja, ela já deixa claro que esse currículo está predisposto a se pautar por resultados de jovens produtores, conscientes para tomar decisões quanto a seu futuro e protagonistas, apesar das reais necessidades de cada campo social.

No estado do Piauí, a reforma do ensino médio se deu a partir da constituição da comissão responsável pelo programa de implementação da Bncc, em 2018, em articulação com o CEE-PI. As ações pautaram-se na realização de consulta pública com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Piauí (Sinepe-PI), Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), representantes da área de educação profissional (Sebrae, Sesi, Aefapi, Senai, Senac), com as instituições universitárias da Ufpi, Uespi e Ifpi e representantes do setor privado Instituto Unibanco, Instituto Reúna, Itaú, Educação e Trabalho, FGV e Politize. Assim, a reforma se estabeleceu a partir e na constituição de uma rede política de influência (Ball, 2014), combinada nacional e localmente.

A análise documental mostra ainda o peso das instituições privadas (Instituto Unibanco, Fundação Lemann, Itaú Educação, entre outras) e de organismos multilaterais (Bird) na definição das políticas. Esses agentes introduzem no campo educacional piauiense capitais econômicos e simbólicos que reposicionam a Seduc-PI em uma lógica de dependência e subordinação. As parcerias público-privadas, legitimadas por discursos oficiais que associam qualidade ao cumprimento de metas, reforçam a

hegemonia da performatividade e a naturalização da *accountability*. Ocorre a “datificação” da educação, transformando os resultados das avaliações de larga escala em dados quantificáveis, manipulados por algoritmos (Afonso, 2021, p. 7-8).

Outro programa estadual vinculado ao governo federal e que, atualmente, é desenvolvido pelo Instituto Unibanco, é o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF), cujo objetivo é promover o redesenho curricular do ensino médio. Segundo Silva (2018), na sua criação já havia a previsão de expansão do programa, visto como forma de financiamento das propostas curriculares dos estados em parcerias com instituições privadas.

O intuito é contribuir para a garantia da aprendizagem e redução das desigualdades educacionais entre os alunos do ensino médio com foco na gestão orientada para avanços contínuos, mediante ações estratégicas estruturadas em cinco eixos: governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento, formando o que se denomina de circuito de gestão (Instituto Unibanco, 2023).

O programa na rede estadual do Piauí é constituído sob o encadeamento discursivo da busca da melhoria de aprendizagem, por meio de melhores desempenhos no Ideb e outros indicadores educacionais, a permanência dos alunos na escola e a redução das desigualdades educacionais, por meio de uma gestão voltada para resultados. No seguinte recorte discursivo “Ele nos ajudou a instituir uma rotina de gestão nas escolas, nas gerências regionais e na própria secretaria, otimizando recursos, sempre com foco na melhoria da aprendizagem dos estudantes” a própria secretaria reconhece os benefícios do programa ao mencionar sua contribuição na elevação do Ideb de 2,9 em 2011, para 3,7 em 2019 (Seduc-PI, 2022a). Percebe-se uma rede de influência, marcada por um agente externo para compartilhar ideias e fomentar subjetividades nas formas de gestão da secretaria e gerências regionais com caráter performático.

A parceria com o Instituto Unibanco tem sido fortalecida com a realização de seminários e formações para as equipes da Seduc-PI. Ademais, a empresa tem participado ativamente das discussões sobre o ensino médio, mudanças curriculares, planejamento educacional e definições de metas para educação do estado. Nesse sentido, a parceria-público privada caracteriza parte da política educacional para o ensino médio do Piauí, tendo o Instituto Unibanco como principal representante dessa articulação entre o público e o privado.

Conforme Sousa (2019), essas parcerias feitas entre o Instituto e a Seduc-PI se desenvolvem, ainda, nas ações desenvolvidas com recursos provenientes de empréstimos com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Entre elas, destaca-se, o Projeto Poupança Jovem, instituído em 2015, um incentivo educacional para estudantes da rede estadual do ensino médio regular e da EJA que estão nos municípios de extrema pobreza para possibilitar maiores oportunidades de desenvolvimento social, esperando-se a melhoria de desempenho do estudante, redução das taxas de abandono e reprovação e a promoção da inclusão social.

O Bird, conforme seu discurso, tem atuado fortemente no financiamento da política estadual do Piauí para apoiar o desenvolvimento do estado de forma inclusiva e permanente na educação. Na área de educação, o acordo de empréstimo nº 8.575 BR, está direcionado ao ensino médio com o propósito de diminuir a evasão escolar e melhorar as oportunidades de aprendizagem e incentivos para os educandos. As ações consistem na expansão da rede estadual em todas as modalidades de ensino médio, expansão das escolas de tempo integral, melhoria do ensino à distância, restabelecimento da avaliação do aluno e incentivos financeiros aos jovens (Piauí, 2018).

Desse acordo, alinharam-se as parcerias entre a Seduc-PI e o setor privado, sendo este o responsável por realizar estudos diagnósticos sobre o ensino médio do estado, objetivando, por exemplo, a migração de matrículas do período noturno para o diurno e a reestruturação das escolas da rede, bem como a elaboração de programas de educação, mediadas por tecnologias a partir do diagnóstico da rede e do mapeamento da demanda territorial (Seduc-PI, 2017).

Tendo em vista a dimensão dos programas e projetos da Seduc-PI para o ensino médio, considera-se, conforme Sousa (2019), que a política de ensino médio para o estado tem sido marcada por influências dos organismos internacionais como o Bird e de instituições do setor privado, como o Instituto Unibanco. Reuniões entre o governo do estado, Seduc-PI e representantes da Fundação Lemman e do Instituto Unibanco corroboram para que as parcerias perdurem na elaboração e execução das políticas estaduais. O seguinte fragmento do discurso evidencia esse fortalecimento das parcerias:

Essas entidades já estão ajudando o Piauí a melhorar a qualidade do ensino e da gestão... ganhar mais proficiência dos nossos alunos... Não tenho dúvida de que com essa parceria... nós alcançaremos a meta de chegar às primeiras posições em todos os rankings e indicadores da nossa educação (Seduc-PI, 2023b).

É um modo de coesão do discurso usado para expor as PPPs como argumento da continuidade da concretização das políticas do estado a fim de fortalecer o ensino integral, profissional e técnico; ampliar o regime de colaboração entre estados e municípios; melhorar a gestão educacional, aumentar os níveis de proficiência dos estudantes nas avaliações de larga e alcançar as melhores posições nos *rankings* educacionais do país (Seduc-PI, 2023b). O discurso da rede está submetido ao tema dos níveis de proficiência como objetivo primordial e, similarmente, como forma de justificativa para as PPPs, que se estabelecem pela tradição da repetição do discurso nas mídias (comentários, apontamentos e previsões).

Em março de 2023, foi lançada a política de estado para a educação do governo do Piauí, com o programa “ACELERA SEDUC”, instituído pelo Decreto estadual nº 21.949, de 29 de março de 2023, sob a autoridade discursiva do governador Rafael Tajra Fonteles (PT) e do secretário de educação Francisco Washington Bandeira Santos Filho (Juiz) (Piauí, 2023a). O programa objetiva trabalhar no direito ao acesso, à permanência e ao avanço da aprendizagem do aluno em três frentes principais: Projeto “Ser integral faz diferença”, “Recomposição da Aprendizagem” e “Seduc Tec” (Piauí, 2023c). Consiste no processo de replicação de práticas que deram certo em outras escolas, a fim de homogeneizar políticas educacionais exitosas. Neste caso, a política foi inspirada nas políticas educacionais da Estônia.

No Piauí, nosso foco também é a excelência. Estamos investindo em tecnologia e em várias ações para o fortalecimento da Educação, como o Acelera Seduc, que lançamos recentemente. Com essas iniciativas e aplicando experiências exitosas como a que conhecemos aqui na Estônia, vamos avançar para que nosso Estado tenha o melhor ensino público do país (Seduc-PI, 2023c).

O discurso proferido pelo secretário de educação no sítio oficial da Seduc-PI evidencia a transnacionalização de políticas educacionais, sobretudo, oriundas de países com modelos educacionais de referência em exames de proficiência internacionais, referendando a aplicação de políticas globais em cenários nacionais e locais, ainda que social, territorial e economicamente distantes (Ball, 2014). O modo de coesão discursiva com uso do “nosso foco também é excelência” exprime que a política do estado é validada ou se legitima a partir de comparação com outros cenários internacionais. Demarca a reforma educacional neoliberal, cujo foco da aprendizagem são os resultados de proficiência dos estudantes, no âmbito internacional, nacional, estadual e local.

Colabora para essa perspectiva de melhorias de aprendizagem, voltada para os resultados, a aplicação de avaliações diagnósticas, através do projeto “Avalia Mais” para realizar um diagnóstico da rede estadual em relação ao desempenho dos alunos em língua portuguesa e matemática que estão no segundo e terceiro ano. Ademais, o estado implementou o Pré-Saeb da rede estadual, com aulas presenciais e transmitidas, via Canal Educação, com foco na resolução de questões, a fim de colocar o Piauí em primeiro lugar no Ideb.

Diante desse cenário político de projetos e programas direcionados à aprendizagem dos alunos, tendo em vista o crescimento dos indicadores educacionais do estado, compreende-se que a política de ensino médio do Piauí vem sendo permeada pela performatividade na elaboração e execução da política educacional.

Tal afirmação tem base no discurso, frequente, da autoridade discursiva do estado, focada no uso dos temas “resultados de proficiência”, “aumento do Ideb”, “elevação dos indicadores”, “melhoria da aprendizagem nas avaliações externas” e “ser referência em educação no Brasil”, os quais revelam a incorporação da performatividade na formulação das políticas e práticas do estado, pois as palavras, temas e expressões são objetos de representações mentais dos agentes, cuja eficácia do discurso performativo é proporcional à autoridade de quem o enuncia (Bourdieu, 2008).

Essa política educacional, pautada em resultados, está intimamente alinhada com as políticas de avaliação de larga escala da educação básica, isto porque o foco passa a ser a elevação de índices estaduais e nacionais como o Ideb, que têm sido referência para mobilização da rede estadual em melhorias no ensino-aprendizagem e na prestação de contas à sociedade, promovendo mudanças na gestão e práticas pedagógicas para alcance dos resultados (Seduc-PI, 2022b).

Em síntese, as políticas de ensino médio no Piauí configuram-se como práticas discursivas e estruturais atravessadas por disputas simbólicas entre agentes diversos. A performatividade, entendida como princípio organizador do campo, converte indicadores em capital e redefine posições no jogo político-educacional. Essa configuração mostra que, embora as políticas busquem enfrentar problemas históricos, tendem a reforçar hierarquias, ampliar a dependência em relação a diretrizes nacionais e privadas e consolidar uma cultura avaliativa que vincula qualidade ao cumprimento de metas.

## Conclusões

Este artigo buscou compreender as políticas educacionais para o ensino médio no estado do Piauí a partir da noção de campo em Bourdieu. A análise permitiu identificar como o campo educacional piauiense se organiza em torno de estruturas e discursos que refletem a lógica da gestão por resultados. As políticas implementadas, embora formalmente autônomas, revelam forte alinhamento com diretrizes nacionais e internacionais, assim como com interesses de instituições privadas e organismos multilaterais.

O campo do ensino médio no Piauí é marcado por uma confluência de agentes e práticas que operam sob o imperativo da *accountability*, da datificação e da elevação de indicadores educacionais. Programas como o ProEMI, o Acelera Seduc e o Projeto Poupança Jovem são exemplos de ações que, embora busquem enfrentar desafios históricos da educação pública, também reforçam uma cultura avaliativa e performativa que atribui responsabilidades individualizadas aos sujeitos escolares.

Com base na análise documental e discursiva, observa-se que o discurso oficial da Secretaria Estadual de Educação é permeado por enunciados que associam qualidade educacional ao alcance de metas e à competitividade institucional. Tal configuração evidencia a consolidação de um campo de políticas educacionais voltado para resultados e guiado por lógicas empresariais, em detrimento de abordagens que valorizem a diversidade, a equidade e o direito à educação como bem público.

Concluí-se que as políticas educacionais para o ensino médio no Piauí, longe de serem neutras ou exclusivamente técnicas, constituem-se como práticas simbólicas e estruturadas, que atuam na produção e reprodução de sentidos, posições e hierarquias no campo educacional. A compreensão dessas políticas sob a ótica da teoria dos campos contribui para o debate crítico sobre os rumos da educação pública e sobre os efeitos sociais das reformas em curso no estado e no Brasil.

## Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Novos caminhos para a sociologia: tecnologias em educação e accountability digital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e250099, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.250099>

BALL, Stephen John. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serra Pereira. Fim de século: Lisboa, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Tradução de Reynaldo Bairão; Revisão de Pedro Benjamim Garcia e Ana Maria Baeta. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018**. Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. Diário Oficial da União: seção 1, edição 132, p. 72. Brasília-DF, 2018.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ – CEE/PI. **Parecer CEE/PI Nº 048/2021**. Aprova o Currículo do Piauí. Teresina-PI, 2021.

ESCOLAS reforçam Busca Ativa por matrículas nas regiões de Valença e Altos. **SEDUC-PI**, Teresina-PI, 2023a. Disponível em:

<https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/10378/escolas-reforcaram-busca-ativa-por-matriculas-nas-regioes-de-valenca-e-altos>. Acesso em: 15 set. 2025.

EVENTO marca 10 anos do Programa Jovem de Futuro no Piauí. **SEDUC-PI**, Teresina-PI, 2022a. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/9749/evento-marca-dez-anos-de-atuacao-do-programa-jovem-de-futuro-na-educacao-piauiense>. Acesso em: 15 set. 2025.

GOVERNADOR Rafael Fonteles e Secretário Washington Bandeira visitam Ministério da Educação na Estônia. **SEDUC-PI**, Teresina-PI, 2023c. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/10681>. Acesso em: 10 set. 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. **Jovem de Futuro**. 2023. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>. Acesso em: 15 set. 2025.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAIS de 200 mil estudantes piauienses serão avaliados pelo SAEPI. **SEDUC-PI**, Teresina-PI, 2022b. Disponível em:

<https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/10160/mas-de-200-mil-estudantes-piauienses-serao-avaliados-pelo-saepi-->. Acesso em: 15 set. 2025.

PACTUE: Escolas recebem 45 milhões para investir em melhoria. **SEDUC-PI**, Teresina-PI, 2021. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/8826>. Acesso em: 15 out. 2025.

PIAUÍ. **Currículo do Piauí**: Um marco para a Educação do nosso Estado. Piauí, 2021.

PIAUÍ. **Decreto nº 21.949, de março de 2023**. Institui o programa “ACELERA SEDUC”. Teresina-PI, 2023a.

PIAUÍ. **Lei nº 7.434, de 28 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre o Programa de Autonomia, Cooperação das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Piauí – PACTUE. Teresina-PI, 2020.

PIAUÍ. **Manual Operacional do Projeto Piauí**: Pilares do Crescimento e Inclusão Social. Teresina-PI, 2018.

PIAUÍ. Plano Plurianual 2020-2023 (PPA): fazer agora, construir o futuro. Teresina-PI, 2019.

PIAUÍ. **Projeto de Lei nº 55, de 07 de agosto de 2023**. Dispõe sobre a premiação para os profissionais e estudantes das escolas estaduais. Teresina-PI, 2023b.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ – SEDUC-PI. Acordo de Empréstimo n.º 8575-BR. Termo de referência para contratação de pessoa jurídica. **SEDUC-PI**, 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ – SEDUC-PI. Organograma. **SEDUC-PI**, 2022c. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/institucional/59/organograma/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ – SEDUC-PI. **Regimento da Secretaria Estadual de Educação e Cultura**. SEDUC-PI, 2016.

SILVA, Andréa, Giordanna Araújo da. **O ProEMI e o ensino médio em tempo integral no Brasil**. Roteiro, vol. 43, n. 2, p. 727-754, 2018.

SOUSA, Adriana e Silva. **A Política Educacional para a Educação Básica no Estado do Piauí**. 2019. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancellari; RODRIGUES, Cibele Maria Lima (orgs). A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino da Região Nordeste. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019, p. 339-377.

SOUSA, Adriana e Silva. **As condições de trabalho de professores do ensino médio em escolas públicas estaduais da cidade de Teresina-PI**. 2018. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2018.

## **SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)**

### ***Aysllan de Sousa Sobrinho***

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro da Rede de Estudos e Pesquisa em Políticas de Avaliação Educacional e Accountability (REPAAE). Correio eletrônico: aysllansobrinho@gmail.com

### ***Cacilda Rodrigues Cavalcanti***

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com estágio doutoral na Universidade de Colônia na Alemanha. Professora do curso de Pedagogia, do Programa de Políticas Públicas e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação (GEPPE). Correio eletrônico: cavalcanticacilda@gmail.com

Recebido em: 08 de setembro de 2025.  
Aprovado em: 25 de novembro de 2025.  
Publicado em: 31 de dezembro de 2025.